



## **Estado de Rondônia** **PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

### **CONTEXTO OPERACIONAL**

O Município de Presidente Médici é um órgão com personalidade jurídica de Direito Público Interno, inscrita sob o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ n. 04.632.212/0001-42, com sede na Avenida São João Batista, n. 1613, cuja base territorial está vinculada ao Estado de Rondônia desde sua fundação em 16 de junho de 1981. É composto pela administração direta e indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo e tem por finalidade essencial o cumprimento das suas atribuições constitucionais no atendimento das demandas que a sociedade exige.

As atividades operacionais do Município de Presidente Médici durante o exercício de 2021 estão amparadas pelas Leis Municipais n. 2087/2017 (Lei do Plano Plurianual – PPA 2018-2021); Lei n. 2312/2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2020); e Lei n. 2343/2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2020) e pelas Leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2020.

As ações desenvolvidas pelo Município no exercício financeiro de 2021 estão agrupadas nas funções de Governo previstas na Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Administração, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Desporto e Lazer e Encargos Especiais.

As Demonstrações Contábeis têm por objetivo principal fornecer, aos diversos usuários, informações que subsidiem os processos decisórios e que limitarão o poder de atuação do gestor, esclarecendo os compromissos que já foram assumidos nas gestões anteriores, a observância aos limites fiscais e se há recursos disponíveis para atender o plano de governo, e a prestação de contas.

Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da Prefeitura Municipal de Presidente Médici.

A preparação das demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidade públicas, de acordo com a Lei n. 4.320/64, Lei n. 101/2000 e elaboradas em observância a estrutura do Manual de Contabilidade Aplicadas ao Setor Públicos – MCASP, instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional. As Demonstrações Contábeis da Prefeitura Municipal de Presidente Médici - RO, foram extraídas do Sistema de Contabilidade Pública Integrada –SCPI que está adequado a nova estrutura do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e compõe a Prestação de Contas. As referidas demonstrações são compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Anexo, Balanço Patrimonial e seus Anexos, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa. Todas as demonstrações contábeis estão complementadas pelas referidas notas explicativas constantes deste relatório.

Essas demonstrações e notas explicativas se referem ao exercício financeiro de 2021, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

### **RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE ACORDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2021**



## Estado de Rondônia PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI

### PODER EXECUTIVO:

- Secretarias
- Fundos Especiais

### PODER LEGISLATIVO

- Câmara Municipal

### **BASE DAS INFORMAÇÕES**

As Demonstrações Contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal n. 101/2000, e também as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas a elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas Demonstrações Contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como, outros eventos relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

### **PROCESSO DE CONVERGÊNCIA E IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS**

O Brasil iniciou o processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards - IPSAS) devido às diversas transformações no cenário mundial. Este processo visa a adoção de regras e procedimentos contábeis sob uma mesma base conceitual visando a comparabilidade da situação econômico-financeira de vários países ou de entidades do setor público nacionais e/ou internacionais.

Para iniciar a convergência no âmbito do setor público, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria n. 184/08, que dispõe sobre os procedimentos, práticas e divulgação das demonstrações contábeis convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A mesma portaria determinou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a responsabilidade do desenvolvimento de ações para tais mudanças, sendo publicado desde então o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), que aborda os aspectos orçamentários, patrimoniais e fiscais de Contabilidade Pública através dos Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO), Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP), Procedimentos Contábeis Específicos (PCE), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Com base no que dispõe a mencionada portaria, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou em 2008 as dez primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Dando continuidade à convergência as IPSAS, o CFC, optou por convergir as normas brasileiras de maneira escalonada, consolidando o processo das informações contábeis das entidades do setor público. Nesta linha, a Administração Municipal está trabalhando na adaptação dos seus sistemas de modo a garantir a convergência às IPSAS.

Para o exercício de 2021 e 2022, apresentam-se como desafios ao Município de Presidente Médici a adoção de Sistema de Administração Financeira e Controle – SIAFIC, alinhado com os preceitos estabelecidos em normas, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Decreto Federal n. 10.540/2020, garantindo um



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

padrão mínimo de qualidade.

**MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), sendo demonstrado pelo valor nominal de cada conta.

**1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

O Balanço Orçamentário (BO), de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Para efeito do cálculo do resultado orçamentário os regimes adotados foram o de caixa para as receitas e o de competência para as despesas. Contudo, para as despesas também são apresentadas as informações da despesa paga na coluna “Despesas Pagas” do Quadro Principal – Despesas Orçamentárias.

Foi adotada a classificação por categoria econômica e origem para as Receitas e a classificação por categoria econômica e natureza para as Despesas.

O orçamento demonstrado é o do exercício de 2021, aprovado pela Lei Municipal n. 2343/2020 de 02 de dezembro de 2020

Este demonstrativo abrange todos os órgãos do Poder Executivo e o Legislativo Municipal.

A LOA/2021 não contempla dispositivo legal para atualizações monetárias da receita orçamentária na coluna previsão inicial.

Na coluna “Previsão Atualizada”, os valores foram atualizados em função dos reflexos da reestimativa de receita utilizada para abertura de Créditos Adicionais e novas naturezas de receitas.

No caso das Despesas, na coluna “Dotação Atualizada”, os valores representam as dotações iniciais e os Créditos Adicionais abertos ou reabertos no exercício, deduzidas as anulações, cancelamentos ou remanejamentos correspondentes.

**1.1 Alterações Orçamentárias**

Durante a execução do orçamento houve necessidade de ajuste na programação orçamentária originalmente aprovada pelo Poder Legislativo, através da Lei Orçamentária Anual. As alterações na programação original do orçamento foram realizadas utilizando-se da abertura de créditos adicionais, devidamente autorizados pelo Poder Legislativo, nos termos exigidos no art. 43 da Lei n. 4.320/64 e art. 167 da Constituição Federal. No exercício financeiro de 2021 as alterações orçamentárias decorrentes da abertura de créditos adicionais têm a seguinte composição:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS				
Descrição	Superávit Financeiro	Excesso de Arrecadação	Recurso Vinculado	TOTAL
Créditos	8.728.169,38	8.619.424,25	7.899.047,71	25.246.641,34



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

Adicionais				
------------	--	--	--	--

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

Foram abertos créditos adicionais com base no superávit financeiro por fontes de recurso, apurados no balanço do exercício anterior, no valor de R\$ 8.065.313,50, bem como abertura de créditos adicionais com base em excesso de arrecadação no valor de R\$ 8.619.424,25, e excesso de arrecadação com recurso vinculado no montante de R\$ 7.899.047,71.

Esclarece-se que nos créditos abertos com base no superávit financeiro não se efetua novo registro de Receitas, tendo em vista que estas tiveram sua escrituração no exercício em que foram arrecadadas, conforme dispõe o art. 35 da Lei n. 4.320/64.

Destaca-se que na utilização dos recursos decorrentes das citadas origens observou-se o disposto no art. 8º da Lei Complementar n. 101/00, sendo suplementadas as fontes de recursos de acordo com as respectivas vinculações constitucionais, legais e contratuais.

**1.2 Excesso de Arrecadação Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente, por entidade:**

<b>EXCESSO DE ARRECADAÇÃO</b>	
Prefeitura Municipal	5.885.356,00
Fundo Municipal de Saúde	2.202.068,25
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	19.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	177.000,00
Secretaria Municipal de Educação	336.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.619.424,25</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

**1.3 Superávit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente, por entidade:**

<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>	
Prefeitura Municipal	2.118.661,14
Fundo Municipal de Saúde	5.636.767,67
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	69.823,78
Fundo Municipal de Assistência Social	474.817,93
Secretaria Municipal de Educação	428.098,86
<b>TOTAL</b>	<b>8.728.169,38</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

**1.4 Demais Créditos Adicionais de Recursos Vinculados Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente, por entidade:**



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

<b>CRÉDITOS ADICIONAIS DE RECURSOS VINCULADOS</b>	
Prefeitura Municipal	1.969.861,11
Fundo Municipal de Saúde	2.585.546,87
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	0,00
Fundo Municipal de Assistência Social	174.800,00
Secretaria Municipal de Educação	3.168.839,73
<b>TOTAL</b>	<b>7.899.047,71</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

**1.5 Detalhamento das Despesas Executadas por Tipo de Crédito:**

<b>PODER EXECUTIVO</b>						
	<b>Orçamentário</b>	<b>Executado</b>	<b>%</b>	<b>Especial</b>	<b>Executado</b>	<b>%</b>
Prefeitura Municipal	18.634.052,49	16.437.004,62	88,21	9.811.263,78	4.669.930,90	47,60
Fundo Municipal de Saúde	16.534.582,55	15.688.587,34	94,88	10.276.072,32	6.684.715,43	65,05
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	186.000,00	147.537,05	79,32	69.823,78	60.362,90	86,45
Fundo Municipal de Assistência Social	2.160.128,00	1.455.879,35	67,40	812.617,93	553.776,35	68,15
Secretaria Municipal de Educação	16.543.894,48	15.281.802,28	92,37	764.098,86	362.768,61	47,48
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>54.058.657,52</b>	<b>49.010.810,64</b>	<b>90,66</b>	<b>21.733.876,67</b>	<b>12.331.554,19</b>	<b>56,74</b>

<b>PODER LEGISLATIVO</b>						
	<b>Orçamentário</b>	<b>Executado</b>	<b>%</b>	<b>Especial</b>	<b>Executado</b>	<b>%</b>
Câmara Municipal	2.359.835,38	2.297.433,23	97,36	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>56.418.492,90</b>	<b>51.308.243,87</b>	<b>90,94</b>	<b>21.733.876,67</b>	<b>12.331.554,19</b>	<b>56,74</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

**1.6 Inscrições de Restos a Pagar:**

Os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício financeiro, sendo classificados como Restos a Pagar Processados e Não Processados.

Os Restos a Pagar Processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Por sua vez os Restos a Pagar Não Processados correspondem às despesas empenhadas e que não foram liquidadas até 31 de dezembro.

A execução orçamentária do Município, no exercício financeiro de 2021, resultou na inscrição de Restos a Pagar no montante de R\$ 8.037.743,37, classificados conforme tabela abaixo:

<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	
	<b>Execução da despesa</b>	<b>Inscrição em Restos a Pagar</b>



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processado</b>	<b>Não processado</b>	<b>Total</b>
Pessoal e encargos sociais	31.989.412,61	31.989.412,61	30.711.811,66	1.277.600,95	0,00	1.277.600,95
Juros e encargos da dívida	47.466,85	47.466,85	47.466,85	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	22.694.914,46	20.714.232,89	20.699.097,05	15.135,84	1.980.681,57	1.995.817,41
Investimentos	8.363.534,79	3.599.209,78	3.599.209,78	0,00	4.764.325,01	4.764.325,01
Amortização da dívida	544.469,35	544.469,35	544.469,35	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>63.639.798,06</b>	<b>56.894.791,48</b>	<b>55.602.054,69</b>	<b>1.292.736,79</b>	<b>6.745.006,58</b>	<b>8.037.743,37</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

### 1.7 Execução de Restos a Pagar de Inscrições em Exercício Anteriores:

O saldo dos Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores, evidenciados nos Quadros que acompanham o Balanço Orçamentário, em 31 de dezembro de 2021, correspondeu ao valor de R\$ 599.235,03, que adicionado às inscrições decorrentes da execução orçamentária de 2021 de R\$ 8.037.743,37, totaliza a quantia de R\$ 8.636.978,40, conforme evidenciado a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>Restos a Pagar Não Processados</b>	<b>Restos a Pagar Processados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>3.194.888,18</b>	<b>62.958,77</b>	<b>3.257.846,95</b>
( - ) Pagamentos	2.204.710,50	62.958,77	2.267.669,27
( - ) Cancelamentos	390.942,65	0,00	390.942,65
<b>Saldo em 31.12.2021 (antes da inscrição do exercício)</b>	<b>599.235,03</b>	<b>0,00</b>	<b>599.235,03</b>
( + ) Inscrições	6.745.006,58	1.292.736,79	8.037.743,37
<b>Saldo em 31.12.2021 (após a inscrição do exercício)</b>	<b>7.344.241,61</b>	<b>1.292.736,79</b>	<b>8.636.978,40</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

### 1.8 Resultado Orçamentário:

No exercício financeiro de 2021 o município arrecadou receitas no total de R\$ 69.277.632,61 e executou despesas no montante de R\$ 63.639.798,06, registrando um resultado orçamentário superavitário de R\$ 5.637.834,55.

O resultado orçamentário evidenciado no Balanço Orçamentário foi um Superávit Orçamentário de R\$ 5.637.834,55 e corresponde ao confronto da Receita e a Despesa Orçamentária. Considerando os empenhos vinculados a recursos de superávit financeiro de exercícios anteriores o Resultado Orçamentário Ajustado apresentou um Superávit de 11.354.491,93.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2020</b>
Receita Orçamentária	69.277.632,61
( - ) Despesa Orçamentária	63.639.798,06
<b>= Resultado orçamentário do exercício</b>	<b>5.637.834,55</b>



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

( + ) Empenhos emitidos com base em superávit financeiro	5.716.657,38
<b>= Resultado orçamentário ajustado</b>	<b>11.354.491,93</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

## 2. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, e foi elaborado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra-Orçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra-Orçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

Foi adotado o regime de caixa para as receitas (receita arrecadada) e o regime de competência para as despesas (despesa empenhada).

### 2.1 Critérios para a Contabilização das Retenções

O Município de Presidente Médici adota a política contábil de registro das retenções no momento do pagamento da obrigação principal. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa a retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro.

Todas as obrigações com terceiros do Município de Presidente Médici, foram totalmente quitadas no exercício.

### 2.2 Ingressos Orçamentários

Os ingressos orçamentários registrados no Balanço Financeiro igualam-se ao montante da receita evidenciada no Balanço Orçamentário e sua classificação por fonte de recursos possui os seguintes detalhamentos.

Os recursos ordinários compreendem os recursos que não estão vinculados a nenhum órgão ou programação e que estão disponíveis para livre aplicação.

Os recursos vinculados tratam da execução de receita e despesa atrelada ao real ingresso de recursos. Tem finalidade específica e devem ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, não podendo ser utilizado em outro objeto.

<b>INGRESSOS ORÇAMENTÁRIOS</b>		
<b>Destinação de Recursos</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>41.987.120,06</b>	<b>17.167.744,46</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>27.290.512,55</b>	<b>39.811.465,75</b>
Transferências do FUNDEB	10.787.107,52	7.522.375,68
Receita de Impostos e Transferência De Impostos - Saúde	0,00	10.439.744,89
Receita de Impostos e Transferência De Impostos - Educação	0,00	4.147.212,13
Iluminação Pública	329.465,53	274.106,49
Alienação de Bens	292.198,06	865.440,00



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

Transferências do SUS	7.145.382,33	7.669.051,35
Transferências do FNDE	516.173,65	468.763,83
Transferências do FNAS	416.049,71	592.166,43
Transferências do Estado p/ a saúde	358.970,48	127.882,88
Recursos destinados a fundos	0,00	135.550,00
Outros rec. Federais p/ a saúde	0,00	550.000,00
Convênios Saúde	532.213,53	397.067,11
Convênios Educação	337.343,45	50.155,36
Outros Convênios	6.370.339,28	4.089.550,90
Recursos destinados a enfrentamento de calamidade pública	205.269,01	2.482.398,70
	<b>69.277.632,61</b>	<b>56.979.210,21</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

### 2.3 Dispêndios Orçamentários

Por exigência do normativo legal estabelecido na Lei n. 4.320/1964 as despesas orçamentárias são evidenciadas no Balanço Financeiro pela fase do empenho, sendo que os valores empenhados e não pagos no exercício financeiro, portanto, inscritos em Restos a Pagar, são registrados como ingressos extra orçamentários para compensar a inclusão da despesa não paga e possibilitar o fechamento do fluxo.

DISPÊNDIOS ORÇAMENTÁRIOS		
Destinação de Recursos	2021	2020
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>36.043.042,68</b>	<b>17.287.308,26</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>27.596.755,38</b>	<b>35.707.656,94</b>
Transferências do FUNDEB	10.948.328,64	7.393.478,82
Receita de Impostos e Transferência De Impostos - Saúde	0,00	10.446.586,88
Receita de Impostos e Transferência De Impostos - Educação	0,00	3.739.398,27
Iluminação Pública	225.388,39	235.019,73
Alienação de Bens	401.446,00	750.097,59
Transferências do SUS	9.349.690,89	7.838.410,47
Transferências do FNDE	603.014,11	290.868,44
Transferências do FNAS	582.539,75	563.920,79
Transferências do Estado p/ a saúde	299.030,00	90.691,15
Recursos destinados a fundos	0,00	0,00
Outros rec. Federais p/ a saúde	0,00	751.779,52
Convênios Saúde	783.765,06	40.353,49





**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

Convênios Educação	0,00	26.950,75
Outros Convênios	4.200.212,27	3.467.641,18
Recursos destinados a enfrentamento de calamidade pública	203.340,27	72.459,86
	<b>63.639.798,06</b>	<b>52.994.965,20</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

#### 2.4 Ingressos Extra Orçamentários

Compreendem ingressos, a exceção da inscrição de restos a pagar, de caráter temporário, do qual o Município é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual. Por serem constituídos por ativos financeiros recebíveis e passivos financeiros exigíveis, os ingressos extra-orçamentários em geral não provocam alterações na situação líquida patrimonial.

Destinação de Recursos	2021	2020
Inscrição de Restos a pagar processados	1.292.736,79	61.433,62
Inscrição de Restos a pagar não processados	6.745.006,58	2.474.746,62
Depósitos Restituíveis	4.922.978,20	4.596.452,22
Créditos a Receber por Reembolso (Salário Maternidade)	63.231,55	54.030,42
Outros valores Realizáveis (depósitos judiciais)	416.531,73	0,00
	<b>13.440.484,85</b>	<b>7.186.662,88</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

Os restos a pagar inscritos correspondem ao saldo das despesas orçamentárias empenhadas e não pagas no exercício financeiro de 2021, conforme registrado no Anexo do Balanço Orçamentário – Inscrição de Restos a Pagar.

Os valores restituíveis e outros recebimentos Extra-Orçamentários correspondem aos ingressos de recursos, inclusive mediante retenções ocorridas sobre pagamentos efetuados pelo Município, relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros, e que são registradas em contas do passivo exigível de caráter financeiro.

#### 2.5 Dispêndios Extra Orçamentários

Compreendem dispêndios que não constam na Lei Orçamentária Anual, correspondendo às saídas de numerários decorrentes dos pagamentos de Restos a Pagar, devoluções ou recolhimento das obrigações que representaram ingressos extra orçamentários (passivos exigíveis financeiros).

Destinação de Recursos	2021	2020
Pagamento de Restos a Pagar processados	62.958,77	1.033.414,62
Pagamento de Restos a pagar não processados	2.204.710,50	1.827.418,74
Depósitos Restituíveis	4.922.978,20	4.598.172,12
Créditos a Receber por Reembolso (Salário Maternidade) *	61.262,85	55.999,12



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

	<b>7.251.910,32</b>	<b>7.515.004,60</b>
--	---------------------	---------------------

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

Os restos a pagar pagos em 2021 estão informados no item 7.3 - Execução de Restos a Pagar de Inscrições em Exercício Anteriores. Os valores restituíveis e outros pagamentos extra-orçamentários correspondem aos dispêndios de recursos, inclusive mediante aos pagamentos de retenções efetuadas aos Órgãos e Entidades do Município, relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros, e que são registradas em contas do passivo exigível de caráter financeiro.

A diferença encontrada nos exercícios de 2020 e 2021 **entre o ingresso de outros recebimentos extra-orçamentários** – Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago **e o desembolso de outros pagamentos extra-orçamentários** - Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago no valor de R\$ 1.968,70, trata-se de valor pago de salário maternidade no exercício de 2020, que não fora descontado do INSS, ora regularizado com a retenção do crédito.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	DIFERENÇA
Créditos a Receber por Reembolso (Salário Maternidade)	2020	54.030,42	55.999,12	- 1.968,70
	2021	63.231,55	61.262,85	+ 1.968,70
		<b>117.261,97</b>	<b>117.261,97</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

## 2.6 Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

As transferências financeiras refletem as movimentações de recursos financeiros entre entidades da administração direta. Abaixo a demonstração detalhada das transferências financeiras recebidas e concedidas por entidade no exercício:

ENTIDADE	RECEBIDAS	CONCEDIDAS
Câmara Municipal	2.297.433,23	2.297.433,23
Fundo Municipal de Assistência Social	1.272.129,03	1.272.129,03
Fundo Municipal de Saúde	12.449.888,93	12.449.888,93
Secretaria Municipal de Educação	4.043.932,01	4.043.932,01
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	165.573,68	165.573,68
<b>= Resultado Financeiro do exercício</b>	<b>20.228.956,88</b>	<b>20.228.956,88</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

## 2.7 Resultado Financeiro

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi Superávit Financeiro e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano.



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Financeiro	26.306.731,67	13.999.666,06
( - ) Passivo Financeiro	10.388.573,80	4.110.285,39
<b>= Resultado Financeiro do exercício</b>	<b>15.918.157,87</b>	<b>9.889.380,67</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

O confronto entre o Ativo Financeiro e Passivo Financeiro do exercício encerrado demonstra um **Superávit Financeiro** de R\$ 15.918.157,87, indicando que esses recursos financeiros não se encontravam comprometidos com pagamentos futuros no encerramento do exercício fiscal.

Apresentamos abaixo o resultado financeiro do exercício de 2021, por entidades:

RESULTADO FINANCEIRO POR ENTIDADES - 2021			
Descrição	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Resultado Financeiro
Câmara Municipal	171.791,68	171.791,68	0,00
Prefeitura Municipal	17.198.540,29	4.228.987,95	12.969.552,34
Fundo Municipal de Assistência Social	393.796,32	8.100,77	385.695,55
Fundo Municipal de Saúde	4.792.396,71	2.802.423,02	1.989.973,69
Secretaria Municipal de Educação	3.719.185,72	3.174.595,38	544.590,34
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	31.020,95	2.675,00	28.345,95
<b>= Resultado Financeiro do exercício</b>	<b>26.306.731,67</b>	<b>10.388.573,80</b>	<b>15.918.157,87</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

### 3. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial (BP) está apresentado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, sendo composto pelo Quadro Principal (A), Quadro (B) dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Quadro (C) das Contas de Compensação, Quadro (D) do Superávit/Déficit Financeiro segregado por Fonte/Destinação de Recurso e Anexos 14-A das Contas do Ativo e Passivo Financeiro e 14-B das Contas do Ativo e Passivo Permanente.

#### ATIVO

##### 3.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Os valores disponíveis na linha “Caixa e Equivalentes de Caixa” obedecem aos critérios estabelecidos que orienta: “para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição”. Abaixo o detalhamento do Caixa e Equivalente de Caixa:



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL</b>	<b>31/12/2021</b>
Bancos Conta Movimento	550.551,84
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	24.060.300,43
<b>TOTAL</b>	<b>24.610.852,27</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

Os valores do caixa e equivalentes de caixa contemplam apenas os ingressos nas contas correntes bancárias para aplicação nas operações da entidade.

Os valores apresentados representam também o montante dos recursos de outros órgãos e entidades que possuem disponibilidades financeiras. Segue detalhamento dos recursos disponíveis em 31/12/2021, pertencentes a outros órgãos e entidades:

<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL</b>	<b>R\$</b>
Câmara Municipal	171.791,68
Prefeitura Municipal	15.502.660,89
Fundo Municipal de Assistência Social	393.796,32
Fundo Municipal de Saúde	4.792.396,71
Secretaria Municipal de Educação	3.719.185,72
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	31.020,95
<b>TOTAL</b>	<b>24.610.852,27</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

### 3.2 – Créditos a Curto Prazo

Os créditos de curto prazo compreendem todos os bens e direitos realizáveis em moeda ou passíveis de conversão com vencimento até o término do exercício social (ano) seguinte.

### 3.3 – Créditos de Transferências a Receber

As transferências a receber, referem-se ao crédito junto à União de transferência voluntária não repassada ao Município até o fechamento do exercício.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2021</b>
Créditos de Transferências a Receber do Convênio 1395/2017-FUNASA – Implantação de Melhorias Sanitárias	202.998,93
<b>TOTAL</b>	<b>202.998,93</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

### 3.4 – Créditos de Dívida Ativa Tributária

Os créditos tributários a receber referem-se a tributos lançados contra contribuintes e pendentes de quitação.



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

Descrição	31/12/2021
Créditos a Receber de Dívida Ativa Tributária dos Impostos	388.519,48
Créditos a Receber de Dívida Ativa Tributária das Taxas	83.165,13
<b>TOTAL</b>	<b>471.684,61</b>

### 3.5 – Depósitos Restituíveis e Valores vinculados

Depósitos Restituíveis Vinculados em Conta Especial de Precatório – Controlados pelo Tribunal de Justiça apresenta um saldo no valor de R\$ 1.695.879,40, cujos valores são efetuados mensalmente para pagamentos de precatório e posterior baixa das obrigações.

Descrição	31/12/2021
Conta Especial - Precatórios	1.695.879,40
<b>TOTAL</b>	<b>1.695.879,40</b>

### 3.6 – Estoques de Almojarifado

Os estoques classificados em almojarifado se destinam ao consumo próprio nas atividades desenvolvidas pelo Município e apresentam sua movimentação conforme tabela apresentada a seguir:

ALMOXARIFADO	31/12/2021
<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>738.534,51</b>
(+) Inscrição Resultante da Execução Orçamentária	7.571.640,77
(+) Inscrição Independente da Execução Orçamentária	458.967,55
(-) Baixa Resultante da Execução Orçamentária	62.383,71
(-) Baixa Independente da Execução Orçamentária	7.975.539,12
<b>SALDO ATUAL</b>	<b>731.220,00</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

### 3.7 – Créditos a Longo Prazo

De uma forma geral, são classificáveis no Realizável a Longo Prazo contas da mesma natureza das do Ativo Circulante, que, todavia, tenham sua realização certa ou provável após o término do exercício seguinte, o que, normalmente, significa realização num prazo superior a um ano a partir do próprio balanço.

### 3.8 – Créditos de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária

A Lei n. 4.320/1964, em seu art. 39, § 2º, define como Dívida Ativa Tributária o crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas. A Dívida Ativa Tributária é composta de impostos, taxas, contribuições e outros créditos.



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

Os créditos provenientes das demais origens são considerados Dívida Ativa Não Tributária, que corresponde a indenizações, restituições, e outros créditos a receber.

A Secretaria Municipal de Fazenda responde por praticamente 100% do saldo existente na Dívida Ativa Tributária. A gestão Dívida Ativa está a cargo da Procuradoria-Geral do Município de forma integrada.

O Realizável a Longo Prazo apresenta R\$ 4.462.835,30 em créditos a longo prazo, conforme tabela a seguir:

<b>CRÉDITO A RECEBER DE LONGO PRAZO</b>	<b>31/12/2021</b>
Dívida Ativa Tributária	8.613.675,76
Dívida Ativa Não Tributária	10.358.619,35
<b>TOTAL DOS CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>18.972.295,11</b>
( - ) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo	(14.509.459,81)
<b>TOTAL LÍQUIDO DOS CRÉDITOS A RECEBER DE LONGO PRAZO</b>	<b>4.462.835,30</b>

O Município de Presidente Médici pratica a provisão das possíveis perdas de crédito tributários inscritos em Dívida Ativa, que, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros.

A mensuração do ajuste para perdas se baseia em estudos que delineiem e qualifiquem os créditos inscritos, de modo a não superestimar e nem subavaliar o patrimônio real do ente público.

A metodologia de cálculo tem por base uma média percentual dos recebimentos ao longo dos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência, a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, conforme as NBCASP, MCASP, Lei n. 4.320/64, NBC-TSP – Estrutura Conceitual, Portaria STN n. 548/15 e Pronunciamento CFC n. 85/2012.

Para fins de cálculo dos ajustes de perdas, levou-se em consideração os créditos em Dívida Ativa que estão parcelados e com pagamentos em dia, os quais foram considerados como 100% adimplentes.

Para os ajustes de Perdas Prováveis, foi utilizado o Histórico das Médias Percentuais Recebimento.

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
	<b>2021</b>
<b>1. Saldo do Exercício Anterior = (2+3)</b>	<b>15.797.903,40</b>
<b>2 - Dívida Ativa Principal (Saldo Anterior)</b>	<b>7.014.053,13</b>
2.1. Dívida Ativa tributária	2.505.498,03
2.2. Dívida Ativa não tributária	4.508.555,10
<b>3 – Acréscimos da Dívida Ativa Principal</b>	<b>8.783.850,27</b>
31. Dívida Ativa tributária	4.945.358,15
3.2. Dívida Ativa não tributária	3.838.492,12
<b>Total da Dívida Ativa Tributária (Saldo anterior)</b>	<b>7.450.856,18</b>



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

<b>Total da Dívida Ativa não Tributária (Saldo anterior)</b>	<b>8.347.047,22</b>
<b>4 – Total das Inscrições da Dívida Ativa = (5+6)</b>	<b>5.953.930,67</b>
<b>5 – Inscrições da Dívida Ativa</b>	<b>997.928,13</b>
5.1. Dívida Ativa tributária	839.613,20
5.1.1 Retificação Inscrição Dívida Ativa Tributária	1.279,75
5.2. Dívida Ativa não tributária	157.035,18
<b>6 - Acréscimos das Inscrições da Dívida Ativa</b>	<b>4.956.002,54</b>
6.1. Dívida Ativa tributária	2.187.470,06
6.2. Dívida Ativa não tributária	2.768.532,48
<b>Total da Dívida Ativa Tributária (Inscrição)</b>	<b>3.028.363,01</b>
<b>Total Dívida Ativa não Tributária (Inscrição)</b>	<b>2.925.567,66</b>
<b>7 – Total das Deduções da Dívida Ativa = (8+9+10+11)</b>	<b>967.625,20</b>
<b>8 – Cancelamentos da Dívida Ativa</b>	<b>132.589,48</b>
8.1. Dívida Ativa tributária	85.769,49
8.2. Dívida Ativa não tributária	46.819,99
<b>9 – Acréscimos do cancelamento da Dívida Ativa</b>	<b>677.479,39</b>
9.1. Dívida Ativa tributária	432.504,11
9.2. Dívida Ativa não tributária	244.975,28
<b>10 – Abatimentos da Dívida Ativa</b>	<b>-0,48</b>
10.1. Dívida Ativa tributária	-0,7
10.2. Dívida Ativa não tributária	0,22
<b>11 – Acréscimos do Abatimentos da Dívida Ativa</b>	<b>157.556,81</b>
11.1. Dívida Ativa tributária	74.387,08
11.2. Dívida Ativa não tributária	83.169,73
<b>Total das Deduções da Dívida Ativa Tributária</b>	<b>592.659,98</b>
<b>Total das Deduções da Dívida Ativa não Tributária</b>	<b>374.965,22</b>
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>20.784.208,87</b>
<b>Saldo de acordo com o Balancete dos Créditos emitidos pelo Sistema de Arrecadação Municipal</b>	
<b>12. Cobrança da Receita de Dívida Ativa - Principal e Encargos (SIGAP Contábil/Balancete da Receita)</b>	<b>1.338.649,28</b>
12.1. Arrecadação da Receita de Dívida Ativa tributária	432.392,02
12.2. Arrecadação da Receita de Dívida Ativa não tributária	280.090,18
12.3. Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	368.806,83
12.4. Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa Não Tributária	257.360,25
<b>Total de Recebimentos Dívida Ativa Tributária</b>	<b>801.198,85</b>
<b>Total de Recebimentos Dívida Ativa não Tributária</b>	<b>537.450,43</b>
<b>Total da Dívida Ativa Tributária</b>	<b>9.085.360,36</b>
<b>Total da Dívida Ativa Não Tributária</b>	<b>10.360.199,23</b>
<b>TOTAL GERAL DA DÍVIDA ATIVA INSCRITA DE ACORDO COM A CONTABILIDADE EM 31/12/2021</b>	<b>19.445.559,59</b>



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

<b>DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DÍVIDA ATIVA DE ACORDO COM O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL</b>	
<b>Dívida Ativa Tributária</b>	9.085.360,35
<b>Dívida Ativa não Tributária</b>	10.358.619,36
<b>SALDO DA DÍVIDA ATIVA DE ACORDO COM O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL EM 31/12/2021</b>	<b>19.443.979,71</b>
<b>Diferença encontrada entre o registro de pagamento (SIA) e registrado no Balancete da Receita – TC-04:</b>	<b>1.579,88</b>

A diferença encontrada entre os registros de R\$ 1.579,88 referem-se a:

1. R\$ 1.579,68 proveniente do recebimento de receita de dívida ativa não tributária – Ônus de Sucumbência (principal e acréscimos) cujo valor foi estornado da receita pelo setor financeiro da Secretaria Municipal de Fazenda em contrapartida ao pagamento de ônus de sucumbência aos advogados municipais.

2. R\$ 0,20 oriundo de baixa por compensação no montante de R\$ 328.554,81 (Processo 1168/2021 – Luiz Carlos de Oliveira) realizada a maior que o depósito dos créditos pelo Tribunal de Justiça de R\$ 328.554,61.

As divergências encontradas foram devidamente notificadas aos responsáveis que realizarão os lançamentos necessários para o ajuste no exercício de 2022.

O saldo sintético da dívida ativa registrado no Balancete do Sistema Integrado de Arrecadação – SIA no total de R\$ 19.443.979,71 corresponde ao valor registrado no Balanço Patrimonial - Anexo 14, no Demonstrativo Sintético das Contas Componente do Ativo Permanente (R\$ 19.443.979,72), com diferença de R\$ 0,01 causada por arredondamento entre os sistemas.

Contudo, os saldos analítico das contas da dívida ativa tributária e não tributária apresentam uma diferença de R\$ 83.165,11 entre o saldo do Balanço Patrimonial e o Balancete do Sistema de Arrecadação, conforme apresentado abaixo:

<b>DÍVIDA ATIVA – BALANÇO PATRIMONIAL</b>		<b>DIFERENÇA P/ (+) OU P/ (-)</b>	<b>DÍVIDA ATIVA – SISTEMA INTEGRADO DE ARRECADAÇÃO</b>	
Tributária	9.002.195,24	(+ 83.165,11	Tributária	9.085.360,35
Não Tributária	10.441.784,48	(-) 83.165,11	Não Tributária	10.358.619,36
<b>TOTAL</b>	<b>19.443.979,72</b>	<b>-</b>	<b>TOTAL</b>	<b>19.443.979,71</b>

Essa diferença será ajustada no exercício de 2022, com lançamento de transferência entre as contas contábeis.





**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

### Investimentos

O investimento do Município apresenta a participação em consórcio público ajustado dentro da participação proporcional de equivalência patrimonial e/ou, pela atualização do mercado, distribuído na seguinte participação:

#### 3.9 Participações Permanentes

Descrição	31/12/2021
Participações avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial – Consórcio Público Intermunicipal - CIMCERO	36.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>36.000,00</b>

O Município participa como consorciado, da entidade Consórcio Público Intermunicipal - CIMCERO, que presta serviços de saúde, meio ambiente, assistência social, etc., a diversos municípios de abrangência regional, cuja despesas são de rateio com municípios integrantes do consorcio.

#### 3.10 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Ativos obtidos a títulos gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

O município de Presidente Médici, não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

#### 3.11 Bens Móveis

Em 31/12/2021, o valor líquido contábil dos bens móveis do Município foi de R\$ 18 milhões, conforme detalhamento apresentado abaixo.

BENS MÓVEIS	31/12/2021
<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>19.553.339,99</b>
(+) Inscrição Resultante da Execução Orçamentária	2.216.228,66
(+) Inscrição Independente da Execução Orçamentária Restos a pagar (789.412,98) Doação (107.969,93) + Incorporação manual de aquisição de bens móveis da entidade Câmara Municipal (50.629,06)	948.011,97
(-) Baixa Resultante da Execução Orçamentária	520.746,08
(-) Baixa Independente da Execução Orçamentária	252.851,41
(-) Baixa p/ transformação de bens permanentes p/ relacionados Do FMS (19226,48) + Secretaria de Educação (49862,00) + FMAS (6377,99) + Prefeitura (22052,53)	97.519,00



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

<b>SALDO</b>	<b>21.651.940,21</b>
( - ) Depreciação acumulada dos Bens Móveis	3.568.207,53
( - ) Redução ao valor recuperável de Imobilizado	6.000,00
<b>SALDO ATUAL</b>	<b>18.077.732,68</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

O Município possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação, que é realizado pelo sistema de controle patrimonial.

Para o cálculo da depreciação é adotado o método de depreciação linear (quotas constantes), com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e Instrução Normativa SRF n. 162/1998.

### 3.12 Bens Imóveis

Os bens imóveis correspondem a 67,60% do subgrupo de contas do Imobilizado e tiveram a seguinte movimentação:

<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>35.688.738,23</b>
(+) Inscrição Resultante da Execução Orçamentária	1.382.981,12
(+) Inscrição Independente da Execução Orçamentária Restos a pagar	747.963,09
(-) Baixa Resultante da Execução Orçamentária	0,00
(-) Baixa Independente da Execução Orçamentária (Transferência da entidade Secretaria Municipal de Educação p/ o Município p/ conclusão da obra da reforma da Escola Primeiros Traços)	100.308,66
<b>SALDO ATUAL</b>	<b>37.719.373,78</b>

### 3.13 Obras em Andamento

As obras em andamento correspondem às obras de construção de postos de saúde, pavimentação e, implantação de iluminação pública, etc. Abaixo demonstramos as obras cadastradas em andamento na conta bens imóveis.

<b>DETALHAMENTO DA CONTA OBRAS EM ANDAMENTO – BENS IMÓVEIS</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Prefeitura Municipal</b>	<b>2.812.649,21</b>
Urbanização e Estacionamento do Complexo da Prefeitura	237.217,25
Pavimentação em Blocos Sextavados	376.795,03
Construção Centro Profissionalizante	75.941,57
Ampliação Hospital Municipal	90.262,45
Construção Palco e Arena Parque de Exposição	652.305,67



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

Construção Ossuário do cemitério Municipal	47.445,53
Ampliação da Lavanderia e Cozinha do Hospital Municipal	100.798,08
Reforma da Capela Mortuária	84.805,03
Substituição de pontes e bueiros com implantação de Tubo Corrugado	39.420,00
Substituição de pontes e bueiros com implantação de Tubo Corrugado	547.675,20
Substituição de pontes e bueiros com implantação de Tubo Corrugado	44.173,40
Tubo Corrugado	515.810,00
<b>Fundo Municipal de Saúde</b>	<b>419.855,10</b>
Construção da UBS de Novo Riachuelo	76.979,75
Implantação Melhorias Sanitárias Domiciliares	155.093,87
Construção de UBS	40.054,49
UBS Casa da Mulher	78.298,06
Reforma e Ampliação da UBS José Javarini	69.428,93
<b>Secretaria Municipal de Educação</b>	<b>209.319,25</b>
Construção de Pista de Caminhada no Ginásio de Esportes	160.785,54
Escola 15 de Novembro (Implantação lavatórios para higienização)	10.469,87
Escola São Francisco (Implantação lavatórios para higienização)	2.856,81
Escola Cerejeiras (Implantação lavatórios para higienização)	4.542,24
Escola Florestan Fernandes (Implantação lavatórios para higienização)	3.839,47
Escola Junqueira Freire (Implantação lavatórios para higienização)	3.481,82
Escola Luiz Capilla (Implantação lavatórios para higienização)	15.657,28
Creche Pingo de Gente (Implantação lavatórios para higienização)	1.291,12
Escola Primeiros Traços (Implantação lavatórios para higienização)	6.395,10
<b>SALDO ATUAL</b>	<b>3.459.823,56</b>

## PASSIVO

### 3.14 Obrigações a Pagar de Curto e Longo Prazo

As obrigações a pagar de curto prazo ao final do exercício somam R\$ 3,5 milhões, conforme tabela abaixo.

A conta pessoal a pagar - Provisão de férias é uma estimativa de gastos com as férias dos servidores, em relação aos trabalhadores que, no fechamento do período de referência, tiverem adquirido direito a férias, integrais ou não.

O abono concedido aos servidores da educação básica que foram empenhados e liquidados no exercício de 202, com seu respectivo encargo a pagar estão apresentados na conta Pessoal a Pagar e Encargos Sociais a Pagar.

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar, representa as obrigações pelas aquisições de matérias-primas,



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais do Município, bem como, aquisições de bens e serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis, diárias a servidores e todas as outras contas a pagar.

Os Depósitos não Judiciais são depósitos caucionados que constituem garantias fornecidas pelos contratados com objetivo de assegurar a execução dos contratos celebrados com o município.

<b>DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES A PAGAR DE CURTO PRAZO</b>	<b>31/12/2021</b>
Pessoal a pagar (Provisão de férias)	406.815,41
Pessoal a pagar (Abono do FUNDEB)	1.277.600,95
Encargos Sociais – RGPS a pagar (Ref. Abono do FUNDEB)	41.336,83
Juros de Contrato a pagar	23.959,33
Fornecedores Nacionais a pagar	20.518,67
Fornecedores a Pagar	198.430,08
Contas a Pagar – Credores Nacionais	1.497.449,32
Valores Restituíveis – Depósitos não Judiciais (Caução)	55.716,00
Diárias a pagar	463,57
<b>SALDO ATUAL</b>	<b>3.522.290,16</b>

As obrigações a pagar de longo prazo no encerramento do exercício somam R\$ 12 milhões, conforme detalhado abaixo.

As contas de precatório de pessoal representam as requisições de pagamento contra a Fazenda Pública decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, disciplinados pelo art. 100 da CF/1988.

Os encargos sociais a pagar são parcelamentos realizados com a Fazenda Pública da União referente a contribuições previdenciárias devidas ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

<b>DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES A PAGAR DE LONGO PRAZO</b>	<b>31/12/2021</b>
Pessoal a pagar (Precatórios de pessoal) – Regime Especial	5.067.813,31
Encargos Sociais a pagar (RGPS – Parcelamento)	3.238.961,40
Fornecedores e Contas Nacionais a pagar	3.707.791,00
<b>SALDO ATUAL</b>	<b>12.014.565,71</b>

### **3.15 Patrimônio Líquido**

No Patrimônio Líquido está evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

O resultado do Patrimônio Líquido corresponde a situação patrimonial líquida, apurada pela diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, que pode ser



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

um montante positivo (superávit) ou negativo (déficit). No período em tela o resultado patrimonial do exercício apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais alcançou o montante de R\$ 19,3 milhões superavitário, que acrescido com os resultados anteriores, alcançou o valor de mais de R\$ 72,4 milhões de patrimônio líquido.

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31/12/2021</b>
Superávit do Exercício apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais	19.393.511,75
Superávit de Exercícios Anteriores	53.199.227,75
( - ) Ajuste de exercícios anteriores	(121.018,40)
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATUAL</b>	<b>72.471.721,10</b>

A conta ajuste de exercícios anteriores está inserida como subgrupo do patrimônio líquido. Nesta conta constam as atualizações de valores de ativos e passivos em relação a avaliação ao valor de mercado, ou seja, o registro das contrapartidas de aumentos e/ou diminuições decorrentes do valor de mercado.

A diferença dos valores avaliados comparados aos valores de aquisição dos bens, são registrados nas próprias contas do ativo e do passivo, e a contrapartida na conta Ajustes de exercícios anteriores do patrimônio líquido.

O valor justo reflete a realidade mais próxima das instituições que o valor histórico porque demonstra tanto a valorização quanto a desvalorização dos bens em um determinado período.

Os ajustes ocorridos no exercício de 2021 são decorrentes de reavaliação de bens para menos (-), deduzido o crédito de suprimento de fundos de exercício anterior, conforme abaixo:

<b>AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>31/12/2021</b>
Reavaliação de Patrimônio	(121.518,40)
Créditos de suprimento de fundos de exercícios anteriores	500,00
<b>AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>(121.018,40)</b>

### 3.16 BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e patrimoniais, de acordo com o disposto no art. 105 de Lei 4.320/1964, elaborado com base nos dados do Ativo e Passivo do PCASP, e nas contas que representem passivos financeiros classificadas nas contas Créditos Empenhados a Liquidar e Restos a Pagar Não Processados a Liquidar.

<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>	
Ativo Financeiro	26.306.731,67	Passivo Financeiro	10.388.573,80
Ativo Permanente	61.701.845,30	Passivo Permanente	12.486.677,28
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		<b>65.133.325,89</b>	



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

### 3.17 BALANÇO PATRIMONIAL – CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Este quadro apresenta os atos potenciais ativos e passivos, elaborado com base nos dados do Ativo e Passivo do PCASP.

ATOS POTENCIAIS ATIVOS		ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	
Convênios a Receber	9.549.021,72	Outras Obrigações	330.000,00
Direitos Contratuais a receber	201.361,53	Obrigações contratuais	8.657.242,32
<b>TOTAL</b>	<b>9.750.383,25</b>	<b>TOTAL</b>	<b>8.987.242,32</b>

### 3.18 BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

ATIVO		PASSIVO	
Caixa e Equivalentes de Caixa em moeda	24.610.852,27	Restos a Pagar Curto Prazo	3.050.178,59
Valores vinculados a precatórios – Conta Tribunal de Justiça	1.695.879,40	Restos a pagar não processados	7.338.395,21
<b>TOTAL</b>	<b>26.306.731,67</b>	<b>TOTAL</b>	<b>10.388.573,80</b>

### 3.19 BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

ATIVO		PASSIVO	
Créditos a curto prazo (Transferências de Convênios, dívida ativa e almoxarifado)	1.405.903,54	Restos a Pagar e Juros)	472.111,57
Créditos a longo prazo (Dívida ativa, participações em consórcio, Bens Móveis e Imóveis,	60.295.941,76	Precatórios e Parcelamento da Previdência Social	12.014.565,71
<b>TOTAL</b>	<b>26.306.731,67</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12.486.677,28</b>

## 4. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A estrutura do PCASP 2021 utilizada para detalhar a variações patrimoniais diminutivas utiliza o método da classificação baseada no critério da natureza da despesa, não se confundindo com o termo “natureza de despesa” utilizado na execução orçamentária.

De acordo com o método da natureza, as variações patrimoniais diminutivas são agregadas na demonstração do resultado de acordo com a sua natureza, como, por exemplo: depreciações, consumo de materiais, despesas com transporte, benefícios a empregados e despesas de publicidade.

As variações patrimoniais aumentativas das receitas de transferências Fundo a Fundo realizadas pelo Fundo Nacional de Saúde são reconhecidas pelo regime de competência e as demais receitas orçamentárias pelo regime de caixa.

As variações patrimoniais diminutivas são reconhecidas pelo regime de competência.



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou potencial de serviços fluíram para o Município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

O resultado patrimonial do exercício não é um indicador de desempenho do Município, mas um medidor de quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas ou qualitativas dos elementos patrimoniais no respectivo período. Para a Administração Pública é um indicador de gestão fiscal.

O Resultado Patrimonial apurado em 2021 foi superavitário em R\$ 19,3 milhões, ao realizar o confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

A tabela abaixo demonstra detalhadamente os valores constantes do Demonstrativo.

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>31/12/2021</b>
Receita de Impostos, taxas e contribuições	7.378.126,38
Receita de Contribuição de iluminação pública	329.465,53
Receita pela prestação de serviços	143.338,55
Receita de Juros e encargos de mora	4.624.009,50
Remuneração de aplicações financeiras	594.686,29
Transferências Intragovernamentais Recebidas	20.639.722,13
Transferências Intergovernamentais Recebidas	58.496.368,46
Ganhos com Alienação de Bens	23.971,72
Ganhos com incorporação de ativos - Câmara	50.629,06
A classificar – Doação de bens móveis recebidos	53.500,00
Reversão de provisões e ajustes de perdas – (Ajuste de quantidade e valor - Almoarifado Secretaria Municipal de Educação)	6.373,69
Diversas variações aumentativas – Outras Receitas	2.053.365,08
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS (II)</b>	<b>94.435.101,08</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	
<b>Pagamento de pessoal e encargos sociais</b>	<b>32.550.342,99</b>
<b>Uso de material de consumo</b>	<b>8.371.293,79</b>
<b>Pagamento de Serviços</b>	<b>7.471.968,10</b>
<b>Depreciação de bens móveis</b>	<b>1.001.192,99</b>
<b>Juros e encargos de mora – Reconhecimento de juros do Parcelamento previdenciário (60.000,00) + Juros pagos a Previdência Social</b>	<b>71.426,18</b>
<b>Variações monetárias – Atualização precatórios pagos</b>	<b>108.758,43</b>
<b>Transferências Intragovernamentais concedidas</b>	<b>20.639.722,13</b>



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

Transferências concedidas a Instituições Privadas – Transferências a FUPEN – Fundo Previdenciário Estadual	123.219,04
Redução a valor recuperável e ajuste de perdas - (Reavaliação de bens móveis (8.000,00) e ajuste de almoxarifado FMS (6815,58)	14.815,58
Perdas com alienação	259.818,00
Incorporação de passivos – Inscrição de Precatórios (598799,06) e Resíduo Parcelamento da Ceron (3406,18)	602.205,24
Desincorporação de ativos (Abatimento e descontos concedidos pelo REFIS)	1.197.267,09
Contribuições – Pagamento PIS/ PASEP	665.318,77
Diversas variações diminutivas – Pagamento de sentenças judiciais e devolução de convênios)	1.964.232,69
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS (II)</b>	<b>75.041.589,33</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL (Superávit) (III) = (I-II)</b>	<b>19.393.511,75</b>
<b>TOTAL (II+III)</b>	<b>94.435.101,08</b>
<b>VARIAÇÕES QUALITATIVAS</b>	
Incorporação de Ativos – Investimentos	5.136.585,85
Amortização da Dívida	544.469,35
Alienação de bens/amortização de empréstimos	284.900,00

## 5. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) objetiva contribuir para a transparência da gestão pública, além de permitir um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. As informações da DFC são úteis para proporcionar aos usuários informações sobre a capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como sua capacidade de liquidez em cada fluxo gerado das atividades, permitindo projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. A DFC foi elaborada pelo método direto de forma a evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, segregada nos seguintes fluxos: das operações, dos investimentos e dos financiamentos. Na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi utilizado o método direto.

### 5.1 Das operações de créditos

O município não apresentou ingressos de operações de créditos.

### 5.2 Dos saldos de caixa não disponíveis

O município não apresentou saldos de caixa não disponíveis.

### 5.3 Dos recursos na conta Caixa

O município não apresentou recursos na conta Caixa.

<b>FLUXO DE CAIXA</b>	
Descrição	31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	17.222.564,28





**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(4.851.685,85)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(544.469,35)
<b>= Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>11.826.409,08</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	12.784.443,19	9.110.862,20
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no período	11.826.409,08	3.673.580,99
Caixa e Equivalente de Caixa Final	24.610.852,27	12.784.443,19

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

#### 5.4 DA CONCILIAÇÃO DO SALDO DE CAIXA X BALANÇO PATRIMONIAL:

A geração líquida de Caixa em 31/12/2021 no valor de R\$ 11.826.409,08, acrescido ao valor do Caixa Inicial (12.784.443,19), apresenta um resultado de R\$ 24.610.852,27 que concilia com o saldo apresentado no Balanço Patrimonial.

#### 5.5 DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS:

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	
Descrição	31/12/2021
Da União	24.217.779,66.
Dos Estados	23.510.112,97
FUNDEB	10.714.005,90
Doações ao Museu	41.544,49
<b>TOTAL</b>	<b>58.483.443,02</b>

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	
Descrição	31/12/2021
Transferências concedidas a Instituições Privadas – Transferências a FUPEN – Fundo Previdenciário Estadual	123.219,04
Contrato de rateio – CIMCERO	36.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>159.219,04</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada-SCPI

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados aqui demonstrados são frutos dos registros efetuados tendo por suporte documentos hábeis remetidos para contabilização pelos órgãos da entidade ou extraídos através de sistema integrado, respondendo estes, pela veracidade, integralidade e procedência.

Os gestores se encontram cientes de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante às responsabilidades quanto a documentação e procedimentos.



## Estado de Rondônia PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI

A responsabilidade do profissional Contador, que referenda essas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos efetivamente notificados pelos referidos órgãos da administração a este profissional.

### GLOSSÁRIO

Este glossário foi produzido para auxiliar a interpretação dos termos técnicos utilizados nos Balanços e Demonstrações Contábeis. Contudo, este glossário, não altera, nem sobrepõe as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

**Ajustes de Exercícios Anteriores.** Registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integrando o subgrupo “Resultados Acumulados”.

**Apuração do Resultado:** Rotina contábil que consiste em confrontar os valores das receitas, custos e despesas a fim de calcular o lucro ou prejuízo gerado em determinado período pela movimentação realizada pela empresa.

**Ativo.** Recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

**Ativo Circulante.** Ativo que satisfaz a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com a finalidade de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (b) o ativo está mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado; (c) espera-se que o ativo seja realizado em até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

**Ativo Não Circulante.** Ativo que não é classificado como ativo circulante, como, por exemplo, ativo imobilizado e ativo intangível.

**Atos Potenciais Ativos.** São valores não compreendidos no ativo e que, de forma imediata ou indireta, podem vir a afetar de maneira positiva o patrimônio público.

**Atos Potenciais Passivos.** São valores não compreendidos no passivo e que, de forma imediata ou indireta, podem vir a afetar de maneira negativa o patrimônio público.

**Benefícios Previdenciários e Assistenciais.** Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas a aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), bem como as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

**Bens de Uso Comum do Povo.** Compreendem os bens que se destinam à utilização geral pela coletividade, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

**Bens de Uso Especial.** Compreendem os bens que se destinam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral, tais como hospitais, universidades e viaturas de polícia.

**Bens Dominicais.** Compreendem os bens que, apesar de constituírem o patrimônio público, não possuem uma destinação pública determinada ou um fim administrativo específico, tais como prédios públicos desocupados, terrenos de marinha e terras devolutas.

**Caixa e Equivalentes de Caixa.** Compreendem o caixa em espécie (dinheiro) e recursos alocados em conta corrente ou em aplicações financeiras para os quais não haja restrição de uso imediato. São mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

**Contribuições.** Compreendem toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, tais como contribuições sociais e econômicas. Estão incluídas as contribuições sociais do RPPS, contribuições de intervenção do domínio econômico, contribuição de



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

iluminação pública e contribuições de interesse das categorias profissionais.

**Créditos a Curto Prazo.** Compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos e outros valores realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

**Créditos e Dívidas:** Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis, sendo que as atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

**Créditos Adicionais.** Autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

**Curto Prazo.** Período de até doze meses da data das demonstrações contábeis.

**Demais Obrigações.** Compreendem as obrigações da entidade com terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

**Depreciação, amortização e exaustão:** A depreciação, amortização e exaustão de bens adquiridos e postos em operação utiliza o método das cotas constantes e se dá com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998.

**Despesas Orçamentárias.** Fluxos que derivam da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, bem como em créditos adicionais, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial.

**Despesa Orçamentária Empenhada.** Consiste no valor que o Município reservou no orçamento para efetuar um pagamento pendente ou não de implemento de condição.

**Despesa Orçamentária Liquidada.** Consiste no valor que o credor adquire como direito ao produzir um bem ou prestar um serviço, bem como quando do adimplemento de todas as condições necessárias à transferência de recursos pactuados em convênios e instrumentos congêneres.

**Despesa Orçamentária Paga.** Consiste no valor desembolsado no exercício de referência, em regra, após a regular liquidação.

**Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.** Compreendem a variação diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação, perdas involuntárias. A incorporação de passivos compreende as incorporações de operações de crédito, provisões, restos a pagar, dentre outros. A desincorporação de ativos compreende o cancelamento de dívida ativa, encampação de dívidas passivas e baixa de bens, títulos e direitos.

**Disponibilidades:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As disponibilidades estão mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e contabilizadas em contas de resultado.

**Dívida Ativa.** Abrange o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.

**Dotação Atualizada.** Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.

**Dotação Inicial.** Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA).

**Empréstimos e Financiamentos.** Compreendem as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor.



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

**Estoques.** Compreendem estoques de diversos tipos, tais como material de consumo, matéria-prima, produtos em acabamento, produtos acabados e outros tipos de estoques.

**Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.** Compreendem as receitas auferidas com a exploração e a venda de bens, serviços e direitos que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso. Assim, estão incluídas as receitas patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.

**Fluxos de Caixa.** São as entradas e saídas de caixa e de equivalentes de caixa.

**Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento.** São aqueles que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento, não classificadas como atividades operacionais.

**Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento.** São aqueles referentes à aquisição e à venda de ativos não circulantes e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.

**Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais.** São aqueles referentes às principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades diferentes das de investimento e de financiamento.

**Fornecedores e Contas a Pagar.** Compreendem as obrigações com fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, além das obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

**Imobilizado.** O ativo imobilizado, incluindo os valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições ou construção, conforme preceitua o artigo 106, II, da Lei nº 4320/64. Os ganhos e perdas em alienações foram determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado do exercício.

**Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.** São espécies de receitas tributárias, as quais compreendem toda prestação pecuniária compulsória – em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir – que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

**Intangível.** Compreende direitos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, tais como software, marcas, direitos e patentes industriais.

**Investimento.** Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade. As participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição ou de participação. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

**Investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo.** Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo e estão registradas pelos valores de custo, acrescidas das atualizações até a data das demonstrações financeiras. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

**Juros.** Encargos decorrentes do uso por terceiros de caixa ou equivalentes de caixa ou de valores devidos à entidade.

**Longo Prazo.** Período após doze meses da data das demonstrações contábeis.

**Obrigações Contratuais a Executar.** Compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros.

**Obrigações Fiscais.** Compreendem as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições.

**Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar.** Compreendem as obrigações



## Estado de Rondônia PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI

referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

**Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.** Compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas não incluídas em grupos específicos, tais como: outras receitas correntes; ingressos extra-orçamentários; variações patrimoniais a classificar; e reversão de provisões e de ajustes para perdas.

**Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.** Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas em grupos específicos, tais como: premiações; incentivos; equalizações de preços e taxas; participações; e contribuições.

**Pagamentos Extra-Orçamentários.** São aqueles que não constam na lei orçamentária anual (LOA), compreendendo determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios.

**Passivo.** Obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

**Passivo Circulante.** Passivo que satisfaz a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que o passivo seja exigido durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) o passivo deve ser exigido no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

**Passivo Não Circulante.** Passivo que não é classificado como passivo circulante.

**Passivos Contingentes.** Representam obrigações possíveis, resultantes de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Além disso, são passivos contingentes as obrigações presentes cuja saída de recursos é improvável ou cujo valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Quando a saída de recursos se torna provável, o passivo contingente é convertido em provisão, que deverá ser reconhecido no Balanço Patrimonial.

**Pessoal e Encargos Sociais.** Compreendem a remuneração do pessoal ativo, civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias, fixas ou variáveis, estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreendem, ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

**Previsão Atualizada.** Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: (a) registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; (b) criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA; (c) remanejamento entre naturezas de receita; ou (d) atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA.

**Previsão Inicial.** Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA).

**Provisões.** Compreendem os passivos de prazo ou de valor incerto.

**Reavaliação.** Adoção do valor venal de mercado para os bens reavaliados, abandonando-se para estes o princípio de custo original corrigido monetariamente. Objetiva, conceitualmente, que o balanço reflita os ativos a valores mais próximos aos de reposição.

**Recebimentos Extra-Orçamentários.** Compreendem os ingressos de recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Município é mero agente depositário; e a inscrição de restos a pagar. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).



## Estado de Rondônia PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI

**Receitas Orçamentárias.** Disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Essas receitas pertencem ao Município, transitam pelo patrimônio do Poder Público, aumentam-lhe o saldo financeiro, e, geralmente, por força do Princípio Orçamentário da Universalidade, estão previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

**Receitas Orçamentárias Realizadas.** Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária, na forma do art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

**Redução ao Valor Recuperável.** Procedimento que visa assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda.

**Restos a Pagar.** Compreendem as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício anterior.

**Restos a Pagar Não Processados.** Compreendem as despesas empenhadas, mas não liquidadas (e conseqüentemente não pagas) até 31 de dezembro do exercício anterior.

**Restos a Pagar Processados.** Compreendem as despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício anterior.

**Resultado Orçamentário.** Representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas.

**Resultado Patrimonial.** Representa o resultado patrimonial decorrente da diferença, positiva ou negativa, entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

**Resultados Acumulados.** Subgrupo do "Patrimônio Líquido", formado, fundamentalmente, pelo saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os "superávit" ou "déficit" acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. As diferenças entre ativos e passivos dos balanços consolidados foram compensadas nesse grupo.

**Transferências e Delegações Concedidas.** Compreendem o somatório das variações diminutivas com transferências intergovernamentais e intragovernamentais a instituições multigovernamentais, a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, a convênios e ao exterior.

**Transferências e Delegações Recebidas.** Compreendem o somatório das receitas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências das instituições Multigovernamentais, transferências das instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior, delegações recebidas e transferências de pessoas físicas.

**Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.** Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto aquelas com pessoal e encargos, tais como: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização e exaustão.

**Valores Restituíveis.** Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros com vencimento até o fechamento do exercício. O registro contábil das retenções ocorre na conta valores restituíveis no momento do pagamento do fornecedor.

**Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporações de Passivos.** Compreendem a variação patrimonial aumentativa relativa à reavaliação de ativos, ao ganho com alienação de ativos, ou seja, quando o valor alienado do ativo é maior que o seu valor contábil, de maneira que a diferença compreende o ganho. Compreendem também a contrapartida da incorporação de novos ativos descobertos e a contrapartida da desincorporação de passivos, inclusive as baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar.

**Variações Patrimoniais Aumentativas.** Corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da



**Estado de Rondônia**  
**PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI**

entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

**Variações Patrimoniais Diminutivas.** Corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.

Presidente Médici – RO, 31 de dezembro de 2021.

**EDILSON FERREIRA DE ALENCAR**  
Prefeito

**MARIZETE INÊS BAZZI**  
Contadora Geral